

DOSSIÊ “GRAMSCI E A POLÍTICA”

Apresentação

É inegável a influência do pensamento de Antonio Gramsci nas Ciências Sociais brasileiras¹. Desde que Florestan Fernandes levou a cabo o complexo e sofisticado projeto intelectual de fusão do método funcionalista de Émile Durkheim com o método compreensivo de Max Weber e o método dialético de Karl Marx, este último havia recebido a legitimidade que lhe permitia integrar a matriz do pensamento social brasileiro. E mesmo aceito a contragosto por uma ciência em via de institucionalização, ele lá permaneceu como um dos clássicos das Ciências Sociais, ou pelo menos dessa forma particular que as Ciências Sociais assumiram em nosso país. Mas Gramsci? O que ele está fazendo nessa matriz?

Uma reconstrução da trajetória de difusão do pensamento de Antonio Gramsci no Brasil é, também, uma história de sua publicação. Essa trajetória começa imediatamente após a morte do marxista sardo, em abril de 1937, quando sua cunhada Tatiana Schucht e o líder comunista Palmiro Togliatti se empenharam para recuperar os cadernos que Gramsci havia redigido na prisão e levá-los em segurança para Moscou. Em 1947, a Editora Einaudi começou a publicar esses escritos. Primeiro, um volume reunindo suas cartas (*Lettere dal carcere*) e, a partir de 1948, o texto que ele havia anotado de modo caprichoso em 33 cadernos escolares de capa dura. Os volumes publicados foram, entretanto, organizados tematicamente e vieram à luz com títulos arbitrariamente atribuídos pelos editores: *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* (1948); *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura* (1949); *Il Risorgimento* (1949); *Note sul Macchiavelli*,

sulla politica e sullo Stato moderno (1949); *Letteratura e vita nazionale* (1950); e *Passato e presente* (1951).

As críticas a essa edição são bastante conhecidas (cf., p. ex., BIANCHI, 2007) e não vale a pena se estender nelas aqui. Mas é importante assinalar, mesmo que brevemente, que a opção dos editores de organizar tematicamente as notas inseridas originalmente em diferentes cadernos produzia a impressão de um texto acabado e coerente, organizado de acordo com os critérios enciclopédicos assentados em “uma hierarquia disciplinar de tipo medieval e idealista: primeiro a filosofia, depois a cultura em geral, a história, a política e, por último, a literatura e a arte” (MONASTA, 1985, p. 32). A estrutura da edição obedecia, ainda, ao claro empenho do Partido Comunista Italiano, e particularmente de Palmiro Togliatti, de inserir Gramsci, e em decorrência seu partido, no vértice da cultura nacional italiana.

Foi com base nessa edição temática, a única existente então, que se materializou, em 1967, o primeiro projeto de edição das obras de Gramsci no Brasil. Ao reconstruir a história dessa edição, um de seus protagonistas, Carlos Nelson Coutinho (1999b, p. 32-38), analisou a correspondência do editor-proprietário da Editora Civilização Brasileira, Ênio Silveira, com o diretor do Instituto Gramsci, Franco Ferri, e estabeleceu que desde outubro de 1962 discutia-se a publicação dessa obra no Brasil. O projeto foi dirigido pessoalmente por Silveira, que optou, já no início das negociações com o Instituto Gramsci, por suprimir os volumes *O Risorgimento* e *Passado e presente* da edição brasileira.

Em 1966, foi publicado o primeiro dos volumes projetados (*Cartas do cárcere*) e, a seguir, *Concepção dialética da história* (1966), nome escolhido para burlar a censura; *Literatura e vida*

¹ Chama a atenção, por exemplo, o número de vezes que Antonio Gramsci foi citado em um recente volume de entrevistas com sociólogos brasileiros (BASTOS *et alii*, 2006).

nacional (1966); *Maquiavel, a política e o Estado moderno* (1968); e *Os intelectuais e a organização da cultura* (1968). Luiz Mario Gazzaneo traduziu o primeiro dos volumes dos *Cadernos do cárcere* e Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, os demais. Tanto o editor-proprietário da Civilização Brasileira como os tradutores dessa edição tinham vínculos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Mas foi apenas na margem desse partido e entre os intelectuais que a obra de Gramsci repercutiu, deixando uma marca apenas muito tênue no debate político da época. Por outro lado, como reconheceu Coutinho (1999a, p. 286), essa primeira difusão da obra de Gramsci no Brasil ainda estava muito marcada pela modalidade de difusão que teve na Itália e enfatizava os aspectos filosóficos e culturais da obra do marxista sardo, o que fica evidente na ordem de publicação escolhida.

A publicação do último dos volumes coincidiu com a promulgação do Ato Institucional n. 5 e com a aguda restrição ao debate de idéias que ocorreu a partir dele. Afastado dos partidos políticos e dos movimentos sociais, foi nas universidades, e principalmente nos cursos de Ciências Sociais, que essas idéias de Antonio Gramsci ganharam sua nova morada. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, publicou, em 1967, na revista *Les temps modernes*, o ensaio “Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira” e, embora não citasse Gramsci, parece evidente a inspiração (CARDOSO, 1977). A referência direta ao marxista sardo não tardará a aparecer, e já em *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*, obra cujo prefácio é datado de 1969, Cardoso cita-o (1971, p. 11).

Embora ocasionais, as referências a Gramsci são freqüentes na obra que Cardoso produziu ao longo dos anos 1970. Entre elas, merece destaque as que aparecem em um artigo de 1974 sobre a questão do Estado no Brasil, depois incluído no volume *Autoritarismo e democratização* (CARDOSO, 1975, p. 187-221). Nesse artigo, seu autor recorria explicitamente à noção gramsciana de hegemonia para analisar a relação entre violência e legitimidade ostentada pelo regime militar brasileiro. O uso da noção é preciso e demonstra conhecimento não apenas da obra de Gramsci, como também do debate animado por ela. Afirmava o autor desse texto que o exercício da hegemonia

por alguns setores das classes dominantes exigia não apenas a manutenção de formas de exclusão política amparadas na violência, como também a satisfação de demandas dessas classes e, de modo desigual e assimétrico, o atendimento de demandas das classes dominadas. E, a seguir, observava: “Não há novidade nesta caracterização, mas ela evita, pelo menos, os equívocos de uma interpretação liberal do pensamento gramsciano, que reduz a noção de hegemonia à de consenso e transforma o problema político fundamental na discussão da legitimidade” (*idem*, p. 194)².

A valorização do momento da força e da coerção no pensamento gramsciano afastava a leitura de Cardoso daquela levada a cabo precedentemente por outro professor da Universidade de São Paulo. Desde a década de 1960, Oliveiros S. Ferreira excursionava pela obra de Gramsci, tendo orientado, em 1972, a dissertação de Mario Innocentini (1972) sobre o conceito de hegemonia, primeiro trabalho acadêmico exclusivamente devotado ao pensamento do marxista sardo. A reflexão de Ferreira desembocaria, posteriormente, em sua tese de livre-docência, defendida em 1983, intitulada *Os 45 cavaleiros húngaros: uma leitura dos Cadernos de Gramsci* (FERREIRA, 1986). A leitura heterodoxa do texto gramsciano levada a cabo por Ferreira o conduzia a destacar de forma estrita a relação existente entre hegemonia e consenso, dando a impressão de “querer exorcizar o elemento força do elemento teórico de Gramsci” (NOGUEIRA, 1999, p. 137). Contraditoriamente, esse destaque permitia que Ferreira atribuísse à força uma posição dominante na política (*idem*, p. 136).

Ainda nessa universidade, Francisco Weffort citou a teoria do Estado de Gramsci em um estudo sobre as greves de 1968 em Osasco e Contagem (WEFFORT, 1972, p. 22), procurando, por meio desse autor, distinguir “organizações corporativas” de “organizações políticas”. A questão de fundo dizia respeito à própria teoria do Estado e da hegemonia, bem como à decorrente distinção entre as funções de dominação e represen-

² Não deixa de ser paradoxal que, mais de 20 anos depois, o mesmo Fernando Henrique Cardoso, referindo-se ao mesmo Gramsci, afirme que ele “injeta então o que hoje seria chamado de liberalismo, os valores de liberdade, dinamismo, responsabilidade individual” (CARDOSO, 1997).

tação de interesses. O mesmo professor, a partir de 1973, tratou da teoria política do autor dos *Quaderni* nos Seminários de Pós-Graduação realizados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (cf. SIMIONATTO, 2004, p. 110). Foi também nesses anos que teve lugar a pesquisa que sustentou a tese de doutorado de Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, defendida em 1976, sob a orientação do mesmo Weffort, na qual o autor recorria de modo intenso a Gramsci para construir uma original interpretação de nosso país com base no conceito de revolução passiva (VIANNA, 1976)³.

Essa primeira recepção de Gramsci nas Ciências Sociais brasileiras e, particularmente, naquela que era praticada na Universidade de São Paulo teve como característica o fato de tratar Gramsci como um pensador da política. Foi como componente fundamental para a reflexão a respeito das múltiplas dimensões da política e, particularmente, da teoria do Estado que Gramsci passou a ser lido. Os temas da filosofia e da cultura que marcavam o período anterior ao AI-5 não desaparecem, entretanto. Assim, a questão da ideologia era lida em uma chave althusseriana que não deixava de esconder a forte presença de Gramsci na tese de doutorado defendida por Miriam Limoeiro Cardoso (1977), sob a orientação do professor Luiz Pereira. Também na Sociologia da USP, Sérgio Miceli tinha Gramsci como uma das chaves teóricas com base nas quais procurava pensar os intelectuais (cf. BASTOS *et alii*, 2006, p. 231) e chegou, até mesmo, a escrever uma monografia, não publicada, versando sobre ideologia, aparelhos de Estado e intelectuais em Gramsci (cf. SECCO, 2002, p. 106)⁴.

A difusão de Gramsci no ambiente acadêmico não se limitava à USP. Na mesma cidade, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), este era parte do programa da disciplina de Teoria Sociológica, ministrada pela professora Maria Andréa

Rios Loyola no curso de mestrado em Ciências Sociais, em 1974, e na disciplina de Sociologia, ministrada na graduação desse curso pelas professoras Maura Pardini Bicudo Vêras e Maria Helena Almeida, no mesmo ano (cf. SIMIONATTO, 2004, p. 115). Também é possível encontrar a presença desse autor no trabalho de Safira Bezerra Ammann no curso de mestrado em Sociologia da Universidade de Brasília e, pouco depois, no diálogo que ela manteve com Aldayr Brasil Barthy (*idem*, p. 187) sobre o Serviço Social.

A partir de 1975, esse lento movimento de difusão das idéias no interior da universidade que caracterizava a recepção de Gramsci no Brasil adquiriu novo vigor. Com os primeiros sinais de crise da ditadura militar, teve lugar um intenso debate político, do qual Gramsci era um dos protagonistas. Sinal dos tempos, em 1976 já era possível Carlos Nelson Coutinho publicar um artigo em um jornal de circulação nacional a respeito do marxista sardo. A intensidade do debate cresceu nos anos subseqüentes e atingiu seu ápice por ocasião da publicação, em 1979, pelo mesmo autor do ensaio, de *A democracia como valor universal*, no qual algumas das idéias do eurocomunismo eram traduzidas para a realidade brasileira (COUTINHO, 1980, p. 17-41).

O debate não se restringiu ao Partido Comunista Brasileiro e suscitou intervenções importantes de militantes que se identificavam com o recém-criado Partido dos Trabalhadores, como as de Francisco Weffort (1984) e de Marilena Chauí (2006) e, ainda, de militantes comunistas críticos ao PCB que se expressavam em revistas como *Debate*, editada por João Quartim de Moraes em Paris. É interessante notar que, nesse debate, Gramsci ocupou posições não apenas em partidos e organizações diferentes, como também em trincheiras antagônicas. Assim, é possível encontrá-lo tanto ao lado de Coutinho, que reivindicava o autor dos *Quaderni* como uma das fontes teóricas da renovação da esquerda e da revalorização da democracia, como junto a P. Rozemiro (1980), que, nas páginas da revista *Debate*, publicada no exílio, recorria ao conceito de transformismo para contestar Coutinho. O próprio Coutinho (1981) procurou consolidar a posição de Gramsci a seu lado com a publicação daquela que iria se tornar uma das matrizes de interpretação do pensamento de Gramsci no Brasil, na qual o autor dos *Quaderni* aparece, ao lado de

³ Segundo narra Werneck Vianna, seu contato com o pensamento de Gramsci teria ocorrido na década de 1960, ainda no Rio de Janeiro, por meio de “um militante do PCB, negro, vindo da favela”. Teria sido, ainda, o próprio Werneck Vianna quem apresentou a obra do marxista sardo a Francisco Weffort, no começo dos anos 1970 (cf. BASTOS *et alii*, 2006, p. 167).

⁴ Por essa época, também escreveria sobre o tema dos intelectuais Alfredo Bosi (1975).

Togliatti, como um precursor das idéias do eurocomunismo contemporâneo⁵.

Ao mesmo tempo em que se manifestaram de modo intenso no debate político, as idéias de Gramsci encontravam novos espaços de expressão nas universidades. No final dos anos 1970, primeiro na PUC-SP, por iniciativa do professor Demerval Saviani, teve início a difusão do pensamento de Gramsci nos cursos de Educação (cf. SAVIANI, 2004; NOSELLA, 2004). É do mesmo período a apropriação dessas idéias nos cursos de Serviço Social. Além do já citado trabalho de Ammann, em Brasília, estabeleceu-se um centro importante de difusão no Rio de Janeiro, onde Miriam Limoeiro Cardoso reuniu, sob sua orientação, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), um expressivo grupo de profissionais do Serviço Social (cf. SIMIONATTO, 2004, p. 188-189).

Foi também no final dos anos 1970 que o pensamento de Gramsci passou a ocupar um maior espaço no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nesse momento, teve início a pesquisa de Edmundo Fernandes Dias, até então fortemente influenciado pela obra de Althusser, sobre o pensamento de Antonio Gramsci. Dias, que havia tomado contato com as idéias de Gramsci ainda no Rio de Janeiro, em 1974, contribuiu decisivamente para o progresso dos estudos a seu respeito no Brasil, destacando, de modo precursor, os escritos de juventude do marxista sardo (ver, p. ex., DIAS, 1979; 1981)⁶. A questão-chave que parece organizar a pesquisa de Dias nesse período é a da complexa relação entre partido, sindicatos e conselhos fortemente presente no debate político da época. A questão aparece de modo intenso nos escritos gramscianos do período chamado *Bienio Rosso* (1919-1920), mas a hipótese que sustenta a pesquisa vai além dessa constatação óbvia e se assenta na idéia, em grande medida inovadora, de que “a questão da hegemonia já se encontra presente, em 1916, em *estado prático*”,

⁵ Também poderíamos destacar outras matrizes, como a liberal, de Norberto Bobbio (1982), e a revolucionária, de Edmundo Fernandes Dias (2000).

⁶ Antes do trabalho de Dias, que assumiu a forma de tese de doutorado, defendida na USP em 1984 (DIAS, 1986), alguns artigos haviam tratado desses escritos, embora de maneira muito circunscrita. Ver, p. ex., o pioneiro ensaio de Michael Löwy (1962).

formulação que não esconde a existência de uma epistemologia que, em certa medida, apresenta-se ainda de modo althusseriano (DIAS, 2000, p. 14). Essa valorização do pensamento do jovem Gramsci permitiu a seu autor construir uma leitura na qual “a reflexão central de Gramsci é a necessidade de se pensar historicamente a questão da revolução socialista na Itália” (*idem*, p. 16). Colocando a questão desse modo, Dias apresentaria a formulação mais consistente de uma interpretação alternativa àquela apresentada por Carlos Nelson Coutinho (cf. DIAS, 1996; 2006, p. 21-126).

Gramsci também ocupou seu lugar na Filosofia da Unicamp, onde, em 1982, Michel Debrun defendeu uma tese de livre-docência sobre a filosofia do marxista sardo, publicada postumamente (cf. DEBRUN, 2001). Sua heterodoxa leitura encontrava em Gramsci a afirmação de um papel estruturador da filosofia em relação às demais superestruturas. Com base nesse pressuposto, Debrun apresentava uma filosofia em Gramsci que assumia, ao contrário do que Althusser havia afirmado, uma “*démarche* acentuadamente teórica” (*idem*, p. 29), na medida em que, por um lado, organizava o discurso gramsciano, dando-lhe coerência, e, por outro, na medida em que importantes conceitos, como hegemonia e sociedade civil, aproximavam teoricamente a filosofia do âmbito da política. Além de Dias e Debrun, é importante destacar, ainda, o grande número de professores e pesquisadores da Unicamp que utilizaram o pensamento de Gramsci de modo diverso e criativo em suas pesquisas: Evelina Dagnino, Otávio Ianni, Caio Navarro de Toledo, Edgar de Decca, Renata Ortiz, Sebastião Velasco e Cruz, Walquíria Leão Rego e Ângela Araújo, entre outros.

Embora a referência a Gramsci fosse cada vez mais freqüente a partir do final dos anos 1970, tornando-se seu pensamento um importante capítulo da gramática das Ciências Sociais brasileiras, esse mesmo pensamento não foi, com a mesma freqüência, objeto de estudos monográficos. A difusão das idéias de Gramsci nas universidades e centros de pesquisas permitiu ultrapassar os estreitos limites da filosofia e da crítica cultural que haviam sido impostos a seu pensamento. Mas, apesar de novas áreas de conhecimento terem sido abertas a suas idéias, essa recepção pareceu seguir a lógica das especialidades que a própria edição temática dos cadernos impunha. O marxista sardo foi apresentado, desse modo, com raras exceções, como um cientista político, um

sociólogo, um historiador, um assistente social ou um educador, a depender das circunstâncias. Mas o caráter orgânico de seu pensamento perdia-se nessa fragmentação. Subsumido nos quadros conceituais de cada uma dessas disciplinas, Gramsci aparecia freqüentemente como mais uma referência em meio a outras tantas.

Por sua vez, a rápida emergência de Gramsci no debate político teve efeitos nem sempre positivos. Uma tendência a confundir o debate teórico com o debate político-conjuntural foi preponderante, ignorando as advertências do próprio Gramsci, que destacava as diferenças entre o “*front político*” e o “*front filosófico*”. Tornou-se muito freqüente, então, referir-se favorável ou desfavoravelmente ao marxista sardo, mas a reflexão paciente sobre sua obra não ocorria com a mesma freqüência. Partidos formais ou informais, bem como movimentos sociais, organizaram-se e construíram suas identidades em torno das idéias de hegemonia, sociedade civil e bloco histórico. Rapidamente, essas idéias deixaram de expressar sofisticados e complexos conceitos e se transformaram em *slogans* políticos. A rápida instrumentalização de seu pensamento teve como consequência sua difusão em um senso comum político e intelectual, mas a contrapartida não foi uma ampliação simultânea dos estudos gramscianos. Gramsci foi, assim, muito citado, mas parece ter sido pouco lido e estudado.

Recentemente, esse descompasso entre a difusão do pensamento de Antonio Gramsci e a consolidação dos estudos sobre sua obra parece ter diminuído. A publicação de uma nova edição brasileira dos *Cadernos do cárcere*, pela editora Civilização Brasileira (GRAMSCI, 1999-2002), coincidiu, dessa vez, com um renascimento dos estudos dedicados ao pensamento do marxista sardo⁷. A partir de meados dos anos 1990, um número considerável de novos estudos monográficos de

autores brasileiros tem sido lançado e antigos trabalhos têm encontrado público para reedições. O tema da política continua a ser privilegiado (cf., p. ex., COUTINHO, 1999; SEMERARO, 1999; DIAS, 2000; SCHLESENER, 2002; DEL ROIO, 2005; SECCO, 2006), ao lado do pensamento filosófico (cf., p. ex., DEBRUN, 2001; SEMERARO, 2006) e pedagógico de Gramsci (cf., p. ex., JESUS, 1998; SANTOS, 2000; SOARES, 2000; NOSELLA, 2004). Mas novos temas têm entrado na agenda de pesquisa, como as relações internacionais (p. ex., RAMOS, 2005) e até mesmo a Psicanálise (RUIZ, 1998).

O dossiê que o leitor da *Revista de Sociologia e Política* tem agora em mãos tem por objetivo apresentar alguns artigos que caracterizam essa nova fase dos estudos gramscianos 70 anos após a morte do autor dos *Quaderni del carcere*. Como não poderia deixar de ser, nesta revista, a reflexão sobre a política ocupa um lugar importante no conjunto de textos. As lentes pelas quais a política é enfocada são, entretanto, diferentes, produzindo um quadro complexo. Dada a variedade dos enfoques adotados, pareceu prudente iniciar o dossiê discutindo o próprio conceito de política e a possibilidade de “ciência da política”. Tratei desse tema no artigo que abre o dossiê procurando apresentar o esforço de Gramsci com vistas a uma reconstrução crítica da *scienza politica* italiana. O diálogo de Gramsci com Maquiavel era evidentemente fundamental para esse propósito, mas também é preciso destacar o impacto que a leitura que Benedetto Croce fez do secretário florentino teve sobre o marxista sardo. Foi por meio desse diálogo crítico que Gramsci adentrou na tradição política italiana, fortemente marcada pelo realismo de Maquiavel. Mas o realismo que o autor dos *Quaderni* foi buscar no florentino não é o mesmo que inspirou, em diferentes medidas, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. Trata-se, ao invés, de um “realismo popular”, no qual a compreensão da “verdade efetiva da coisa” não implica uma justificação do presente nem anula o desejo de transformação social. Os demais artigos mostram a complexidade desse empreendimento e alguns dos desacordos existentes entre os intérpretes a seu respeito.

Rita Medici retoma o tema do Estado em Gramsci, um dos mais freqüentados pela literatura crítica, discutindo um ponto problemático dos *Quaderni*: a temática da extinção. Chama a atenção, no tratamento dado pela professora da

⁷ A nova edição, coordenada por Carlos Nelson Coutinho, corrige muitos dos problemas da edição anterior e tem a virtude de apresentar os chamados cadernos especiais em sua completude. Pela primeira vez, foram publicadas em português as importantes notas do *Quaderno 19*, dedicadas ao *Risorgimento* italiano. A opção de eliminar a primeira versão das notas gramscianas (denominados na edição crítica coordenada por Valentino Gerratana de textos A) e de reordenar tematicamente as notas dos cadernos ditos miscelâneos não deixa, entretanto, de ser passível de crítica, na medida em que reproduz um vício já presente na anterior edição temática (cf. BIANCHI, 2007).

Università di Bologna, que essa questão deva ser investigada para além daquele conjunto de notas muito citado, nos quais a relação entre sociedade política e sociedade civil é apresentada nos *Quaderni*. A questão do Estado cruza a reflexão gramsciana e encontra-se articulada, por exemplo, ao tema do povo e da nação por meio da noção de “vida estatal”, com a qual Gramsci indica a máxima expressão que a existência autêntica de um povo encontra. A valorização dessa noção permitiria passar da filosofia política à antropologia para, a seguir, retornar à política a partir de uma perspectiva totalizante.

A “antropologia” dos *Quaderni* é uma das áreas dos estudos gramscianos mais valorizadas contemporaneamente. Por meio da apropriação que os *Cultural Studies*, primeiro, e os *Subaltern Studies*, depois, fizeram da noção de subalterno, uma nova frente de expansão dos estudos gramscianos teve lugar, principalmente em países anglófonos. Em seu artigo, Marcos Del Roio analisa essa noção, destacando a possibilidade de, por meio dela, superar os claros limites que o culturalismo impôs a si próprio. Por meio do desenvolvimento de uma perspectiva originalmente meridionalista, Gramsci teria concebido uma questão meridional planetária, tradução de uma questão colonial. Notável no artigo é, também, uma perspectiva que procura integrar a análise dos textos escritos por Gramsci antes de sua prisão com o estudo das notas produzidas no cárcere.

O artigo de Adam David Morton é representativo da difusão do pensamento de Gramsci no âmbito da teoria das Relações Internacionais⁸. Para o intérprete, o pensamento do autor dos *Quaderni* permite conceber a relação existente entre o siste-

ma de Estados e a modernidade capitalista. O conceito-chave para tal é o de revolução passiva, o qual revelaria o domínio político do capital. A análise levada a cabo por Gramsci no *Quaderno 22*, aquele dedicado à análise dos fenômenos do americanismo e do fordismo, serviria de modelo para a compreensão da expansão de um modo de organização da produção que se impõe em escala internacional e encontra seus suportes nessa dimensão.

Last but not least, dois artigos completam este dossiê. Rosemary Dore traz à tona a discussão de Gramsci sobre as “revistas tipo”, relacionada à organização de um trabalho cultural visando a orientar a instituição de um centro homogêneo de cultura para a conquista da hegemonia. Destacando um tema que pouca atenção tem merecido por parte dos pesquisadores, a autora revela a complexidade e o caráter multifacético da reflexão gramsciana. Giovanni Semeraro, por sua vez, a partir das influências exercidas pelas idéias de Paulo Freire e Antonio Gramsci na esquerda brasileira, reinterpreta, à luz das mudanças políticas e culturais atualmente em curso no Brasil e na América Latina, os paradigmas da libertação e da hegemonia representados por esses autores.

Este dossiê não apresenta uma determinada leitura de Gramsci nem foi concebido com esse propósito. Dado o atual estágio de desenvolvimento dos estudos gramscianos, pareceu mais produtivo retratar a diversidade temática e interpretativa que os caracterizam. O quadro desenhado não deixa de ser, entretanto, incompleto. Mas sua incompletude é também sinal do muito que há ainda por fazer, dos campos de pesquisa que permanecem por desbravar, dos temas que exigem novas pesquisas e dos obstáculos teóricos e epistemológicos que é preciso remover.

Álvaro Bianchi

⁸ Uma importante amostra dessa difusão pode ser vista na coletânea organizada por Stephen Gill (2007), recentemente publicada no Brasil.

Álvaro Bianchi (albianchi@terra.com.br) é Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Diretor do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) e Secretário de Redação da revista *Outubro*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, E. R.; ABRÚCIO, F.; LOUREIRO, M. R. & REGO, J. M.** 2006. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo : ed. 34.
- BIANCHI, A.** 2007. O laboratório de Gramsci. *Primeira Versão*, Campinas, v. 136, p. 1-40.

- BOBBIO**, N. 1982. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro : Graal.
- BOSI**, A. 1975. O trabalho dos intelectuais segundo Gramsci. *Debate e Crítica*, São Paulo, n. 6, p. 105-113.
- CARDOSO**, F. H. 1967. Hégémonie bourgeoise et indépendance économique. *Les temps modernes*, Paris, v. 23, n. 257, p. 650-680, oct.
- _____. 1971. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes* : ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. Rio de Janeiro : J. Zahar.
- _____. 1975. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- _____. 1997. As razões do presidente. Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo. *Veja*, São Paulo, 10.out. p. 22-33.
- CARDOSO**, M. L. 1977. *Ideologia do desenvolvimento*. Brasil : JK-JQ. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- CHAUÍ**, M. 2006. *Cultura e democracia* : o discurso competente e outras falas. 11ª ed. São Paulo : Cortez.
- COUTINHO**, C. N. 1976. Um certo senhor Gramsci. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29.fev. Caderno Especial, p. 3.
- _____. 1980. *A democracia como valor universal* : notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo : Ciências Humanas.
- _____. 1981. *Gramsci*. Porto Alegre : L&PM.
- _____. 1999a. *Gramsci* : um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- _____. 1999b. Introdução. In : GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, v. 1.
- DEBRUN**, M. 2001. *Gramsci* : filosofia, política e bom senso. Campinas : Unicamp.
- DEL ROIO**, M. 2005. *Os prismas de Gramsci* : a fórmula política da frente única (1919-1926). São Paulo : Xamã.
- DIAS**, E. F. 1979. Do biênio vermelho a Livorno : L'Ordine Nuovo. *Cadernos Seaf*, ano 1, n. 2, fev.
- _____. 1981. Cultura, política e cidadania na produção gramsciana de 1914 a 1918. *Cadernos do Cedes*, n. 3.
- _____. 1987. *Democracia operária*. Campinas : Unicamp.
- _____. (org.). 1996. *O outro Gramsci*. São Paulo : Xamã.
- _____. 2000. *Gramsci em Turim* : a construção do conceito de hegemonia. São Paulo : Xamã.
- _____. 2006. *Política brasileira* : embate de projetos hegemônicos. São Paulo : Instituto José Luís e Rosa Sundermann.
- FERREIRA**, O. S. 1986. *Os 45 cavaleiros húngaros* : uma leitura dos Cadernos de Gramsci. São Paulo : Hucitec.
- GILL**, S. 2007. *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro : UFRJ.
- INNOCENTINI**, M. 1972. *Estado e sociedade* : contribuição para o estudo do conceito de hegemonia na obra de Antonio Gramsci. Dissertação. Universidade de São Paulo.
- JESUS**, A. T. 1998. *O pensamento e a prática escolar de Gramsci*. Campinas : Autores Associados.
- LÖWY**, M. 1962. Consciência de classe e partido revolucionário. *Revista Brasiliense*, n. 41, p. 138-160.
- MONASTA**, A. 1985. *L'educazione tradita* : criteri per una diversa valutazione complessiva dei *Quaderni del carcere* di Antonio Gramsci. Pisa : Giardini.
- NOGUEIRA**, M. A. 1999. Um Gramsci todo dedicado à política. In : KRITSCH, R.; MELLO, L. I. A. & VOUGA, C. *Oliveiros S. Ferreira* : um pensador da política. São Paulo : Humanitas.
- NOSELLA**, P. 2004. *A escola de Gramsci*. 3ª ed. São Paulo : Cortez.
- RAMOS**, L. C. S. 2005. A sociedade civil em tempos de globalização : uma perspectiva neogramsciana. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- ROZEMIRO**, P. 1980. Transformismo democrático. *Debate*, Paris, n. 36, p. 30-34.

- RUIZ, E.** 1998. *Freud no divã do cárcere* : Gramsci analisa a Psicanálise. Campinas : Autores Associados.
- SANTOS, A. F. T.** 2000. *Desigualdade social e dualidade escolar* : conhecimento e poder em Paulo Freire e Gramsci. Petrópolis : Vozes.
- SAVIANI, D.** 2004. Apresentação à 3ª edição. In : NOSELLA, P. *A escola de Gramsci*. 3ª ed. São Paulo : Cortez.
- SCHLESENER, A. H.** 2002. *Revolução e cultura em Gramsci*. Curitiba : UFPR.
- SECCO, L.** 2006. *Gramsci e a revolução*. São Paulo : Alameda.
- SEMERARO, G.** 1999. *Gramsci e a sociedade civil* : cultura e educação para a democracia. Petrópolis : Vozes.
- _____. 2006. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida : Idéias & Letras.
- SIMIONATTO, I.** 2004. *Gramsci, sua teoria*. Influência no Brasil, incidência no Serviço Social. 3ª ed. São Paulo : Cortez.
- SOARES, D. R.** 2000. *Gramsci, o Estado e a escola*. Ijuí : Unijuí.
- VIANNA, L. W.** 1976. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- WEFFORT, F. C.** 1972. Participação e conflito industrial : Contagem e Osasco 1968. *Caderno Cebrap*, São Paulo, n. 5.
- _____. 1984. *Por que democracia?* 3ª ed. São Paulo : Brasiliense.